



## XXXV ENCONTRO DE LISBOA

ENTRE OS BANCOS CENTRAIS DOS  
PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

13 OUTUBRO 2025

Museu do Dinheiro | Largo de São Julião, Lisboa

### **Intervenção de abertura** **Governador do Banco de Portugal, Prof. Álvaro Santos Pereira**

Senhores Embaixadores,  
Senhores Governadores e Vice-Governadores,  
Caros Convidados,

É com muito gosto que vos dou as boas-vindas no início dos trabalhos deste trigésimo quinto Encontro de Lisboa.

É com enorme prazer e com a expectativa de uma discussão viva que participo pela primeira vez nestes Encontros, enquanto Governador do Banco de Portugal e anfitrião deste evento que tem para mim uma enorme importância. É com encontros como este que damos ainda maior relevância à lusofonia, um espaço de culturas e de povos de vários continentes e com quase 300 milhões de falantes. São quase 300 milhões de pessoas que partilham a mesma língua no seu dia-a-dia. Um património linguístico e cultural com um enorme valor económico que urge dinamizar e valorizar.

Permitam-me, pois, sublinhar desde já o meu compromisso com o reforço da cooperação entre os bancos centrais dos países de língua portuguesa (BCPLP). Este Encontro é o testemunho vivo de como a lusofonia tem uma dimensão de cooperação entre países de vários continentes, que quero aprofundar no quadro dos bancos centrais.

É certo que já muito se faz ao nível da cooperação entre os países lusófonos. Mas também considero que há muito mais por fazer: é fundamental fazer reuniões mais



## INTERVENÇÃO DE ABERTURA

GOVERNADOR DO BANCO DE PORTUGAL, PROF. ÁLVARO SANTOS PEREIRA

regulares entre os bancos centrais lusófonos, ao mais alto nível e ao nível técnico, para debatermos e partilharmos experiências em temas como a estabilidade de preços, os riscos que ameaçam a estabilidade financeira, como fomentar a literacia e educação financeiras, como reduzir a informalidade nas nossas economias, como aumentar a bancarização nos nossos países, o combate à fraude, a supervisão bancária em todas as suas vertentes, as lições da resolução bancária, entre muitos outros temas. Proponho que estas reuniões de alto nível dos nossos bancos centrais possam ocorrer várias vezes ao ano, quer em Washington durante as reuniões regulares do FMI e do Banco Mundial, bem como rotativamente nos nossos países. É assim que acontece ao nível do G7 e do G20, e não há razão nenhuma para não o fazermos também no mundo da lusofonia. Neste sentido, fica já o convite para um jantar-trabalho durante as Spring Meetings em Washington na próxima primavera.

Estas reuniões regulares entre nós servirão não só para coordenarmos esforços entre nós e trocarmos impressões sobre a evolução da economia mundial e as nossas próprias economias, mas também para debatermos temas técnicos específicos, assim como os mencionados anteriormente.

Em segundo lugar, considero também que é chegada a hora de aumentar substancialmente o âmbito dos programas bilaterais de mobilidade entre os Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa. Neste sentido, e se é inequívoco que a primeira edição do Programa Malanje levada a cabo recentemente foi um bom e importante passo na direção certa, também não deixa de ser verdade de que este programa pode e deve ser reforçado, após termos aprendido as lições do que correu menos bem. Neste momento, o programa está centrado em mobilidades de curta duração (3 meses) e focalizado em demasiados projetos. Se aumentarmos a duração da mobilidade das pessoas envolvidas para 1 ou 2 anos, se melhorarmos os incentivos para os colaboradores afetados, e se concentrarmos os nossos esforços em menos projetos e áreas, é bastante provável que iremos melhorar a atratividade deste programa de mobilidade entre os colaboradores dos nossos bancos centrais.



Em terceiro lugar, gostaria ainda de propor que começássemos a fazer de forma regular seminários virtuais conjuntos entre as nossas equipas. Estes seminários virtuais conjuntos poderiam servir para que discutíssemos as nossas previsões económicas para os nossos países e para o mundo, mas também para que as nossas equipas possam apresentar os seus estudos e trabalhos de investigação aos colaboradores dos bancos centrais lusófonos. Com estes seminários, criaríamos um espaço de diálogo e de interação entre os nossos bancos centrais que seria certamente útil para as nossas equipas técnicas.

Em quarto lugar, gostaria ainda de propor para elaborarmos estudos conjuntos sobre temas de interesse comum. Estes estudos e investigação económica poderão igualmente servir de base aos propostos encontros regulares entre os nossos bancos centrais.

Finalmente, ao nível das estatísticas há já muito que é feito, mas poderemos fazer muito mais, pois o mundo das estatísticas está em grande transformação com a difusão dos microdados, do chamado *machine learning* e do *big data*. Neste sentido, a realização de seminários virtuais conjuntos e de eventos dedicados a estes temas poderia facilitar a adoção e difusão das melhores práticas entre os nossos bancos centrais e as nossas equipas.

Por outras palavras, há muito por fazer e muito por onde poderemos reforçar a nossa cooperação e trabalho conjunto. Para que possamos levar a cabo este importante programa de trabalho, sugiro que os nossos gabinetes reúnam em breve para debatermos com mais detalhe como vamos cooperar e trabalhar conjuntamente em todas estas vertentes.

Senhores e senhoras,

Deixem-me agora dar uma palavras sobre o nosso encontro de hoje. O Encontro de Lisboa é um fórum com história já longa e que assenta numa valiosa relação de proximidade e de partilha entre os bancos centrais lusófonos, com quem o Banco de Portugal mantém uma atividade de cooperação contínua e estruturada há mais de três décadas.



Desde 1991, o Banco de Portugal já promoveu e participou em mais de 3700 iniciativas de cooperação, mais de dois terços das quais com os bancos centrais lusófonos. Iniciativas que vão da organização regular de encontros setoriais e conferências, a uma multiplicidade de ações de assistência técnica, visitas de trabalho e estágios, envolvendo todos os departamentos da nossa instituição.

No último ano o Banco de Portugal participou em cerca de 160 ações de cooperação, que envolveram mais de 1400 participantes provenientes de 45 parceiros institucionais.

No seio do Eurosistema, a atividade de cooperação do Banco de Portugal ganha especial protagonismo pela relação privilegiada que temos com os nossos congéneres de língua portuguesa. Reflexo disso é, por exemplo, o envolvimento do Banco de Portugal no projeto-piloto de cooperação entre o Eurosistema e os bancos centrais africanos, no quadro da estratégia de cooperação entre a União Europeia e África.

Estou bem ciente da importância da cooperação para a capacitação técnica e para o desenvolvimento institucional dos nossos bancos centrais. Estou também ciente dos laços profundos e históricos com os bancos centrais dos países de língua oficial portuguesa, que moldaram a cooperação técnica do Banco de Portugal ao longo dos anos.

É, aliás, nesse enquadramento que se destacam dois casos emblemáticos: o Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde e o Acordo de Cooperação Económica entre Portugal e São Tomé e Príncipe.

E, não obstante, a cooperação não se esgota na sua dimensão técnica. Muito pelo contrário. Ela integra uma ação mais ampla e abrangente, que cimeta relações e que abre canais de diálogo que importa, cada vez mais, nutrir e preservar, num mundo multipolar e em que, mais do que nunca, a cooperação tem de ser uma cooperação entre iguais.



## INTERVENÇÃO DE ABERTURA

GOVERNADOR DO BANCO DE PORTUGAL, PROF. ÁLVARO SANTOS PEREIRA

É, por isso, com especial satisfação que hoje me reúno convosco neste fórum pela primeira vez como Governador do Banco de Portugal. Este fórum materializa, ao mais alto nível, o espaço de partilha entre pares que é a cooperação entre as nossas instituições.

Esta plataforma é tão mais valiosa quanto mais o atual ambiente internacional se revela volátil, marcado por fenómenos de fragmentação comercial e das cadeias de produção, de reconfiguração geopolítica e geoeconómica, e que muito têm posto em causa o multilateralismo e a eficácia dos mecanismos de cooperação internacionais de Bretton Woods.

O mundo vive hoje tempos de incerteza significativa em torno das políticas comerciais e económicas globais, num contexto de reconfiguração das relações financeiras internacionais.

Assistimos também ao crescimento de pressões políticas sobre instituições independentes, incluindo os bancos centrais, que põem em causa a confiança dos cidadãos, com consequências macroeconómicas muito negativas e duradouras sobre a estabilidade macroeconómica e financeira.

Esta evolução decorre, em parte, da incerteza associada às mudanças de política, interna e externa, em algumas das maiores economias, do recrudescimento das políticas protecionistas e da fragmentação do comércio mundial. Mas reflete também a reconfiguração das prioridades políticas dos principais países doadores e a incerteza quanto ao futuro da ajuda pública ao desenvolvimento, com impacto negativo sobre as economias e regiões mais vulneráveis do Mundo.

Vivemos, de facto, um período de grande incerteza global. E os seus efeitos já se fazem sentir nos indicadores de sentimento e de atividade económica, em múltiplas geografias. Economias grandes ou pequenas, mais abertas ou mais fechadas, viram as suas perspetivas de crescimento revistas em baixa, de forma transversal, pelas principais instituições financeiras internacionais.



E a estas perspetivas subjaz um risco muito importante, também ele transversal a muitas economias avançadas, emergentes e em desenvolvimento: elevados níveis de endividamento dos Estados, sujeitos a fortes pressões sobre a despesa, que colocam em questão a sustentabilidade das dívidas.

Nas economias avançadas, o espaço orçamental diminuiu de forma significativa com a sucessão de choques que vivemos nos últimos anos, ao mesmo tempo que se avolumam as pressões sobre a despesa. Seja pelo aumento dos orçamentos de defesa e segurança, seja pelas implicações do envelhecimento populacional nas despesas com pensões e saúde, ou pelas necessidades de investimento em segurança energética e infraestruturas estratégicas.

Nas economias emergentes e em desenvolvimento, os níveis de endividamento atingiram máximos históricos, enquanto os custos de financiamento são e tenderão manter-se elevados. A título de exemplo, mais de metade da dívida soberana em circulação nestas economias tem maturidade até 2027, e cerca de 20% matura já em 2025.<sup>1</sup> Esta dívida será refinanciada a taxas de juro mais elevadas.

Por um lado, défices orçamentais persistentemente elevados e níveis historicamente altos de dívida pública têm-se refletido na subida dos prémios de risco e das taxas de juro exigidas pelos mercados para financiar a dívida soberana de longo prazo.

Aumentos adicionais dos prémios risco podem agravar substancialmente as condições de refinanciamento em várias geografias e propagar-se com efeitos muito significativos a segmentos relevantes dos mercados financeiros.

Por outro lado, como discutiremos em detalhe esta manhã, subsistem sérias vulnerabilidades decorrentes do sobre-endividamento em várias economias emergentes e em desenvolvimento, que, além das dificuldades de acesso aos mercados financeiros, quando este existe, se deparam agora com cortes nos fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> OECD Global Debt Report 2025



Permitam-me destacar este último aspeto, que se reveste de especial importância e é central no debate sobre políticas económicas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Como é habitual no dia do Encontro de Lisboa, o Banco de Portugal divulga hoje a sua publicação anual sobre a Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste.

Nesta edição, o tema em destaque debruça-se justamente sobre as condições de financiamento externo da África Subsariana, num contexto especialmente desafiante no mínimo.

De facto, os encargos com o serviço da dívida na África Subsariana estão em níveis historicamente elevados e o espaço orçamental tem vindo a reduzir-se mais rapidamente do que nas demais regiões em desenvolvimento.

Acresce que, à escassez de recursos de financiamento que já marcava o período pós-pandemia, soma-se agora um ambiente de maior tensão e incerteza, de mudanças abruptas nas prioridades políticas globais, e de redução da ajuda ao desenvolvimento por parte dos principais doadores.

O diagnóstico parece claro. Este novo conjunto de choques tenderá a limitar ainda mais o acesso a financiamento da pela região. Os fluxos brutos de financiamento ficarão praticamente circunscritos à cobertura do serviço da dívida durante os próximos anos.

Na verdade, dada a trajetória expectável do serviço da dívida, muitos países terão de levar a cabo processos de consolidação orçamental para estabilizar as suas contas públicas, enquanto procuram avançar com importantes reformas estruturais, e enfrentam necessidades urgentes de investimento e pressões sociais crescentes.

Este é, de resto, o pano de fundo com que avançaremos nesta sessão pública do Encontro de Lisboa, esta manhã.



Em breve terei o prazer de dar a palavra ao Ambroise Fayolle, Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento, que nos apresentará a visão do BEI, a maior instituição financeira multilateral do mundo, sobre as condições de financiamento das economias emergentes e em desenvolvimento, com destaque para a África Subsariana.

E é com grande interesse que, depois, participarei nas discussões com os meus ilustres colegas, os Governadores dos Bancos Centrais dos países de língua portuguesa, sobre o impacto da reconfiguração das relações financeiras internacionais no financiamento das nossas economias e as respostas de política que daí têm resultado.

Este Encontro é também uma oportunidade para trocar pontos de vista antes das Reuniões Anuais do FMI e do Banco Mundial, a que dedicaremos a sessão da tarde.

Estou certo de que as discussões desta tarde serão proveitosas e nos permitirão chegar às Reuniões Anuais com um entendimento partilhado e uma perspetiva mais rica sobre as prioridades de política económica globais.

Esse é também um contributo efetivo do Encontro de Lisboa para o desempenho do nosso papel enquanto bancos centrais naquele importante fórum de cooperação internacional.

Meus senhores e minhas senhoras,

Permitam-me concluir com duas ideias.

Creio que nas atuais circunstâncias, é essencial que todos defendamos o reforço da cooperação internacional e trabalhemos cada vez mais coordenados e de uma forma mais próxima.

Juntando o nosso conhecimento da economia global e das nossas economias, e criando redes de cooperação e discussão para debatermos e encontrarmos juntos as soluções que melhor sirvam a estabilidade económica e financeira, o desenvolvimento das nossas economias e o bem-estar dos nossos povos.



Soluções que permitam reduzir barreiras ao comércio mundial, minimizar a incerteza, e ancorar as expectativas e a confiança dos agentes económicos, e impedir a escalada de tensões económicas e financeiras, mas também políticas e geopolíticas.

Soluções que assegurem um reforço substancial e coordenado do apoio aos países mais vulneráveis.

Este apoio é fundamental para que os países em desenvolvimento possam levar a cabo as reformas estruturais necessárias, os esforços de consolidação orçamental e de mobilização de receita a nível doméstico. Este apoio é fundamental para que o peso do serviço da dívida não comprometa a capacidade de financiar investimentos essenciais ao desenvolvimento.

Mas é também essencial que defendamos a integridade, a capacitação e a independência das instituições públicas. Desde logo, dos bancos centrais e dos supervisores financeiros. Num ambiente de tão acentuada incerteza, em que por vezes as elevadas necessidades de financiamento público pressionam a condução da política monetária, é imprescindível preservar a independência das nossas instituições e dotá-las dos recursos humanos e da capacidade técnica adequados.

Como a experiência demonstra, em diferentes momentos e geografias, a nossa independência e credibilidade são pilares centrais da estabilidade das nossas economias.

Agradeço a presença de todos, o trabalho das equipas que tornam possível este Encontro e a disponibilidade e interesse dos nossos distintos convidados.

Dou agora a palavra ao Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento, Ambroise Fayolle.

Muito obrigado.

*Cher Ambroise, je vous remercie sincèrement pour votre disponibilité. La parole est à vous.*